

## **A emergência da problemática das identidades no bojo do processo de globalização: reflexos na ciência histórica**

Adelino Martins\*

**Resumo:** Este artigo apresenta uma discussão acerca do impulso conferido à questão das identidades no quartel final do século XX e início do XXI, em duas dimensões. Primeiro, constrói-se uma visão panorâmica das modificações na importância atribuída às identidades, pessoais ou grupais, ocorridas no bojo do processo de globalização. Segundo, reflete-se sobre como os historiadores promoveram, no seio de sua disciplina, avanços metodológicos destinados a lidar com as demandas sociais oriundas das transformações da realidade. Assim, o artigo está estruturado em três seções: a inicial realiza breve reflexão acerca da emergência de novas demandas identitárias; a segunda avança sobre as respostas da ciência histórica, em especial nas suas vertentes política e cultural, às alterações do contexto e a última trata das fontes preferenciais utilizadas pelos historiadores para abordar a questão das identidades. **Palavras-chave:** identidades, História, globalização.

**Abstract:** This article presents a discussion on the strength attributed to the issue of the identities in the last quarter of the 20th century and in the beginning of the 21st one, in two dimensions. First of all, it constructs an overview of the changes in the relevance ascribed to the identities, individual or groupal ones, developed inside the globalization process. Second, it reflects on how the historians promoted, within their discipline, methodological advances to cope with the new social demands come from reality transformations. Thereby, the article has a structure in three sections: the starting one makes a brief reflexion about the emergence of new identities demands; the second one advances over the answers supplied by the historical science, specially in its cultural and political sides, to the context changes and the last one touch the preferential sources used by the historians to address the identities question.

**Key-words:** identities, history, globalization.

### **A) A questão das identidades: contexto do declínio das identificações nacionais e a pulverização das demandas identitárias no bojo do processo de globalização**

O século XX foi um período de ásperas disputas de identidades. Uma das questões mais relevantes para os países do início deste período foi a consolidação, em meio aos seus cidadãos, do sentimento de pertença a uma pátria. O nacionalismo, exacerbado pelos Estados, constituiu um dos combustíveis que moveram milhões de europeus para os campos de Batalha entre 1914 e 1918. Porém, após duas guerras mundiais quentes e uma fria, a globalização nos transportes, nas comunicações e na economia, bem como a formação dos blocos

---

\* Aluno regularmente matriculado no curso de Mestrado da UNESP – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, sob orientação do Prof. Dr. Clodoaldo Bueno. Área de concentração: História e sociedade. Linha de Pesquisa: Política: ações e representações.

supranacionais, à medida que enfraqueceram o poder e o apelo de identificação dos Estados Nacionais, instigaram a formulação de demandas identitárias de novo tipo. O presente trabalho trata da apropriação das identidades enquanto objeto de estudo da disciplina histórica.

Para a construção das diversas identidades nacionais no final do século XIX e nos albores do XX, a disciplina histórica foi ferramenta indispensável para os detentores do poder nos Estados. A escola histórica metódica, de inspiração rankeana, valorizou, sobretudo, as histórias políticas nacionais, seus heróis, as guerras, as datas cívicas e os atos de governo. Exemplar neste trabalho foi o historiador francês Gabriel Monod, treinado no método rankeano em Göttingen e Berlim e fundador, em 1875, da revista *Revue Historique*, para quem “o estudo da história da França é uma tarefa fundamental (...) pela qual podemos dar ao nosso país a unidade e a força moral”<sup>1</sup>. Os metódicos, ao passo em que contribuíam para solidificação do sentimento de pertença entre os jovens estudantes, encastelavam-se nas posições mais importantes das instituições superiores mantidas pelo Estado.

O sentimento nacional, habilmente trabalhado pelos historiadores metódicos, entretanto, contribuiu para o desejo e a justificação da beligerância. Por volta de 1914, segundo Joll, uma guerra européia não apenas era esperada como desejada por parte dos nacionalistas de vários países do Velho Continente, como atesta, em agosto de 1914, a felicidade de Lavissee por “não ter morrido sem ter podido assistir a esta guerra”<sup>2</sup>. Para Hobsbawm, embora não tivessem sido o motivo da guerra, supostos desafios aos tradicionais valores nacionais foram alegados pelos beligerantes para a mobilização da opinião pública<sup>3</sup>. Como notou Renouvin<sup>4</sup>, nas negociações de paz de 1919 e durante todo o período que mediou as duas guerras mundiais, os nacionalismos permaneceram como ponto de fricção entre as nações Européias. A existência de minorias étnicas no interior dos países criados a partir das negociações de paz e as mágoas decorrentes da guerra e dos termos da paz forneceram condições para o que vicejassem as ideologias nacionalistas.

A disciplina histórica, no período entre - guerras, passou por grandes transformações. Na França, o domínio da escola metódica foi posto em cheque pela fundação dos *Annales*. A história dedicada à formação da memória nacional a partir da valorização do estudo do político cedeu lugar aos estudos dirigidos às questões econômicas e sociais. Desde Bloch e Febvre sedimentou-se na França uma corrente historiográfica voltada para uma história problematizadora, a qual propunha que o ofício do historiador consistia na construção de objetos e no tratamento crítico das fontes.

A história política, como demonstrou Rémond<sup>5</sup>, não deixou de ser realizada com o advento dos *Annales*, dada a existência de trabalhos importantes de historiadores como André Siegfried, considerado pai da geografia eleitoral, e de Jean-Jacques Chevalier, estudioso da história das idéias políticas. Contudo, a história política foi estigmatizada como o símbolo da história metódica em uma operação que, segundo Juliard<sup>6</sup>, confundia as insuficiências de um modo de fazer história com um dos objetos dos estudos históricos, o político.

No final da Segunda Guerra Mundial, a estratégia inicial dos estudiosos dos *Annales* de ataque à história metódica por meio da estigmatização do político gerara frutos institucionais. A segunda geração dos *Annales*, em que se destaca Braudel, passou a ocupar as principais posições de poder na academia francesa e a difundir a idéia de uma história econômica, social e das civilizações, a qual almejava atingir a compreensão da totalidade das formações histórico-sociais. Braudel considerava o político um elemento contingente, efêmero nas vidas das sociedades, enquanto a temporalidade média, no campo econômico e social, e a longa, nos campos demográfico e geográfico, se prestariam melhor à consecução da ansiada história total.

Porém, o contexto histórico no qual esta perspectiva universalista foi desenvolvida, o qual opunha duas superpotências com pretensões ideológicas globais, URSS e EUA, foi modificado ao longo do período da Guerra Fria. No plano político, o turbilhão veio das margens do sistema de poder global em sucessivas vagas nos anos 1950, 1960 e 1970, com o processo de descolonização afro-asiática e a emergência das vozes, no cenário internacional, das numerosas novas nações independentes, todas componentes da periferia do capitalismo. Estes novos países apresentavam-se ao mundo no momento em que forjavam suas memórias e identidades nacionais em oposição à dos antigos colonizadores e com uma plataforma que propunha a contraposição não entre Leste e Oeste, mas entre Norte rico e Sul pobre.

Além das demandas dos novos países independentes, outros desenvolvimentos internacionais colaboraram para o que Bull denominou “revolta contra o Ocidente”, a saber, a luta pela igualdade racial e a denúncia do racismo, a faina contra a injustiça econômica, emblemática pela formação de órgãos como a CEPAL, fundada em 1948, e a UNCTAD, criada em 1964, no âmbito das Nações Unidas, e a reapropriação de valores ancestrais por parte das ex-colônias européias quando de suas independências<sup>7</sup>. Ademais, somem-se a isso os movimentos de afirmação dos direitos dos homossexuais, das mulheres e a luta, muitas vezes através de métodos terroristas, pela independência de regiões etnicamente e/ou

religiosamente distintas no seio de Estados Nacionais tradicionais, como a Grã-Bretanha e a Espanha.

Todas estas reivindicações no final do século XX se deram no bojo de um frenético processo de inovação tecnológica, o qual encurtou o espaço e o tempo, de modo a permitir celeridade nos transportes e nas comunicações. Sobre este novo meio técnico-científico-informacional<sup>8</sup>, substrato técnico da globalização, os Estados Nacionais diminuíram suas intervenções na economia e a amplitude de seus programas sociais sob o influxo de pressões por melhor adaptação ao cambiante ambiente de competitividade econômica internacional. Ao mesmo tempo, blocos supranacionais foram formados a fim de enfrentar desafios globais superiores às capacidades individuais de ação dos Estados-Nação.

## **B) História Cultural e História Política: desdobramentos das transformações do contexto internacional no seio da disciplina histórica**

A disciplina histórica na esteve infensa a estes desenvolvimentos e, na França, a terceira geração dos Annalles promoveu uma modificação do foco das preocupações dos historiadores. Assim como os países periféricos do sistema internacional colocaram novos problemas para o mundo, os historiadores fizeram face às novas demandas sociais abdicando da pretensão de uma história global em favor do trabalho nas margens<sup>9</sup>, ou seja, do estudo de objetos inexplorados em regiões fronteiriças com outras disciplinas, casos da feitiçaria, da loucura, das festas e da literatura popular.

Como notou De Certeau, os historiadores participam do movimento geral de mudanças das sociedades das quais tomam parte, bem como produzem seus textos a partir de um lugar social e por meio de procedimentos de análise. Assim, a atividade de escrita da história é parte da realidade por ela abordada. Ora, no quartel final do século XX, envoltos em um mundo em transformação, os historiadores, para trabalharem os objetos outrora relegados ao silêncio, recorreram a procedimentos de análise apropriados de outras ciências, mormente, a Antropologia, mas também da Lingüística, da Etnologia e da Ciência Política, assim como a um leque amplo de novos documentos, configurando o que Le Goff nomeou revolução documental<sup>10</sup>.

Assim, o fim da pretensão de uma história total e a multiplicação de objetos e documentos no campo da história correspondeu à própria perda de centralidade dos Estados Nacionais enquanto referencial de identificação na vida social e à formulação de uma pluralidade de novas identidades e de demandas por respeito à multiculturalidade. Na

disciplina história, os estudos culturais foram fortemente propulidos, pois, dotados da interdisciplinaridade necessária ao trabalho com uma pluralidade de objetos situados nas zonas marginais das sociedades. Ganham fôlego, assim, os estudos na área de História Cultural no quartel final do século XX.

No âmbito da História Cultural, o contato foi estreito com a Antropologia a fim da apropriação de elementos que permitissem aos historiadores sondarem costumes, hábitos e representações sociais existentes em sociedades do passado sem os preconceitos e vícios das perspectivas centradas na própria experiência cultural dos pesquisadores.

Para Roger Chartier<sup>11</sup>, as representações sociais, isto é, “o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, constitui-se o principal objeto da história cultural, pois a luta entre as diferentes leituras da realidade travadas pelos diversos grupos existentes em uma sociedade permite alcançar a problemática da constituição de hierarquias de poder dentro da mesma.

De fato, para os distintos agrupamentos sociais que almejam ao poder no seio de suas sociedades e que articulam o discurso enunciador de sua versão da realidade a partir de um lugar social, lograr a hegemonia de sua interpretação no campo simbólico de disputa pelo poder social é de suma importância para a legitimação de uma dada hierarquização da estrutura social.

Os grupos sociais vitoriosos conseguem manipular os símbolos do poder de modo a tornar generalizável para o conjunto da sociedade sua própria concepção do que significa fazer parte da formação social em questão, quais os seus elementos constitutivos, definidores e distintivos, em suma, o que é digno de memória e esquecimento. Como visto acima, o início do século XX, foi o período em que tal processo de definição de identidade se deu ao nível das nacionalidades, na Europa e em alguns países da América e da Ásia, processo para o qual a histórica metódica contribuiu sobremaneira. Desde o final do século XX, contudo, a questão das representações sociais, a qual como se vê está fortemente imbricada com a definição dos parâmetros de identificação dos agrupamentos humanos, perde crescentemente seu referencial nacional e se fragmenta em uma série de demandas identitárias infra e supranacionais.

É sobre este influxo que trabalha a disciplina histórica atualmente nos países onde predomina a tradição francófona nos estudos, com uma concentração grande, embora não exclusiva, de estudos culturais e em diálogo privilegiado com a Antropologia. Contudo as questões inerentes às preocupações dos estudos culturais no âmbito da disciplina histórica,

como as identidades e as representações sociais, não se circunscrevem à História e à Antropologia, nem tampouco ao território francês.

Na sociologia, Pierre Bourdieu escreveu acerca da força da representação<sup>12</sup>. Bourdieu parte justamente da questão da formulação de demandas identitárias por parte de etnias e regiões particulares. Bourdieu considera íntimas as relações entre identidades grupais e representações mentais, na medida em que as primeiras são objetos das segundas,

*Todavia, num registro mais profundo, a busca de critérios 'objetivos' da identidade 'regional' ou 'étnica' não deve fazer esquecer que, na prática social, tais critérios (por exemplo, a língua, o dialeto e o sotaque) constituem o objeto de representações mentais.*<sup>13</sup>.

Desta maneira, o espaço das representações é um campo aberto de lutas entre grupos detentores de diferentes representações sobre a realidade e desejosos de tornarem suas interpretações hegemônicas em face de outras possíveis. À medida que as representações expressam critérios de identidade, o que está em jogo na luta das representações é o poder de definir e legitimar divisões do mundo social calcadas justamente nestes critérios de identificação. A disputa pela definição dos símbolos de um país sob um novo regime constitui exemplo nítido das lutas entre diversas forças sociais para tornar oficial, através da simbologia, sua versão dos fatos. No Brasil, José Murilo de Carvalho em *A Formação das Almas* aborda a questão da natureza da implantação da República no Brasil. Sua tese sustenta a existência de tentativas de legitimação do regime republicano perante a população do país por parte de correntes políticas em conflito, cada qual defensora de determinados símbolos, os quais desejavam verem entronizados no panteão nacional. Tratava-se de definir, através da manipulação dos símbolos, a identidade da República brasileira<sup>14</sup>.

Segundo Bourdieu, as lutas pela definição de identidades grupais, sejam étnicas ou regionais, implicam a imposição de percepções de si ao grupo que se quer definir, através de discursos performativos, ou seja, aqueles os quais enunciam a realidade a qual pretendem criar. Contudo, nota Bourdieu, tais discursos necessitam estar calcados na objetividade do grupo ao qual se endereça, em uma relação dialética, onde o discurso tenta instituir uma identidade grupal, mas é informado pela realidade objetiva de tal grupo.

Na Inglaterra, as questões atinentes às representações sociais e às identidades foram encaminhadas no bojo de estudos culturais, porém sob a perspectiva marxista e com um claro objetivo político de democratizar a cultura a fim de que “todos sejam produtores de cultura e não apenas consumidores de uma versão escolhida por uma minoria<sup>15</sup>”.

O encaminhamento que os estudiosos da New Left inglesa, corrente que reuniu as pesquisas culturais sob perspectiva marxista na Inglaterra, ofereceram para a questão da sociedade de massas consumista e dividida em classes é a democratização da produção cultural, do acesso à cultura para os trabalhadores e a construção de uma cultura em comum. Seu projeto político, portanto, contrasta vivamente com as propostas de resistência por meio da cristalização de identidades culturais pouco comunicáveis entre si, presentes em movimentos fundamentalistas e separatistas.

Maria Elisa Cevasco mostra como o campo de estudos culturais foi constituído na Inglaterra, pioneiramente na seara da Literatura, no início do século XX, com a intenção de ser uma resistência à sociedade de massas, mas com uma abordagem elitista, a qual preteria a participação dos trabalhadores em favor de um escol intelectualizado e dedicado aos estudos literários.

O mérito, no entanto, da crítica formulada pelos estudiosos da literatura inglesa à sociedade de massas então em constituição foi abrir a brecha através da qual a esquerda acadêmica militante pode difundir a idéia de cultura em comum, primeiro a partir do Labour Party e, após, a partir da institucionalização da New Left em revista.

Raymond Williams foi um dos pioneiros da luta por cultura em comum, definida por ele como aquela em que o acesso à produção de cultura estão ao alcance de todos e não apenas de uma minoria que impinge suas preferências aos trabalhadores. Uma definição que implica no desejo por uma sociedade sem divisões classistas e que não admita a existência de desigualdades sociais.

A fim de prosseguir sua defesa de uma sociedade sem classes, a New Left se bateu contra a dissociação entre cultura e a realidade material da infra-estrutura. Consoante Cevasco, Williams e a New Left contribuíram de modo fundamental ao definir cultura enquanto modo de vida, resultante também de meios materiais de produção, aos quais correspondem complexas teias de relações sociais. Em suma, uma percepção materialista de cultura.

No seio da historiografia inglesa ligada à New Left está Thompson, o qual se dedicou ao estudo das formas de resistência à implementação da ordem capitalista na Inglaterra do século XVIII. Sua reflexão almejou demonstrar a existência de modos de vida distintos do capitalista contemporâneo e que resistiram à implantação deste.

Em *Costumes em Comum*<sup>16</sup>, Thompson atenta para o fato de a cultura da plebe inglesa do século XVIII ter se utilizado da defesa de seus tradicionais costumes a fim de resistir à

racionalização do trabalho, às expropriações e à supressão de diretos tradicionais, ações levadas a cabo para a implantação da ordem capitalista de livre mercado na Inglaterra do alvorecer da Revolução Industrial.

Thompson, como Williams, trabalha na perspectiva do materialismo cultural, pois pretende definir a cultura plebéia dentro de um ambiente de exploração de seu trabalho, no qual ela resistia ao defender seus tradicionais costumes. Percebe-se, pois, Thompson em sintonia com o projeto político da intelectualidade inglesa de esquerda, dado que em *Costumes em Comum*, a escolha do objeto, isto é, a resistência cultural e a defesa de uma identidade, constituíram um índice da preocupação em rechaçar a imposição cultural por parte de uma minoria detentora dos meios de produção, inclusive bens culturais.

Ainda no campo da História, mas de volta à França, os avanços metodológicos permitidos pelo contato da História com a Antropologia no trato das questões contemporâneas das representações sociais e das identidades a partir dos estudos culturais espalharam-se para outras sub-áreas da História. No caso específico da História Política, houve o que Rémond chamou de “*espantosa volta da fortuna*”<sup>17</sup>, no sentido de um retorno à evidência dos estudos em história política, embora o mesmo Rémond alerte para o fato de que nunca se deixou de escrever história política, inclusive nos momentos áureos da teoria marxista da determinação da superestrutura política pela infra-estrutura econômica. As razões para a o novo estado de evidência da história política, Rémond procura em condicionantes externos e internos à disciplina.

Com relação aos condicionantes externos, Rémond aponta a co-relação, já tocada por De Certeau, entre as condições cambiantes da realidade e os estudos destinados a entendê-la. Assim, a já mencionada transformação da realidade internacional, com a globalização política e econômica e a explosão das demandas de identidades pulverizadas implicaram em uma reapreciação do político.

Na reconsideração acerca do político a falência do socialismo real jogou um papel decisivo ao pôr em cheque a determinação do político pelo econômico. Estigmatizada, por que considerada factual, a história política, ao retornar às luzes da ribalta, promoveu uma revitalização da noção de acontecimento. Para Julliard, os acontecimentos tornam-se políticos ao repercutirem socialmente e não podem ser definidos apenas como elementos contingenciais, haja vista materializarem um ponto crítico de um processo histórico de longa duração. Neste sentido, Julliard aponta para a dialética entre acontecimento e estrutura, entre o político e o social.

Ademais de relacionar-se dialeticamente com o social, o político, para Rémond, relaciona-se com outros elementos da realidade social, pois é o responsável pela gestão dos mesmos através do estabelecimento de políticas públicas. Assim, a discussão acerca da intervenção do Estado nos domínios econômico e social propelsida pelas críticas liberais aos modelos socialista e social-democrata de gestão sublinhou a importância das políticas públicas na gestão do cotidiano das pessoas.

Tal processo teve o condão de evidenciar o caráter relacional, mas independente do político, o qual não é uma modalidade estanque da prática social, pois, como visto, relaciona-se e mesmo gere outras facetas da realidade social. Outrossim, o político possui racionalidade própria, devendo, portanto, ser explicado, precipuamente, por si, sem, contudo, fechar-se sobre si.

O ensimesmamento da política, consoante Julliard e Rémond, constitui-se característica a ser evitada, por que inviabilizadora dos estudos em história política. Se o político foi retomado no final do século XX justamente por relacionar-se com outras modalidades de práticas sócias, gerindo-as, a perspectiva interdisciplinar tornou-se condição *sine qua non* para o desenvolvimento da história política, que travou diálogo com a Psicologia Social, a Lingüística e a Ciência Política. O recurso aos instrumentais de análise destas disciplinas justificou-se pela necessidade de a história política, a exemplo do que ocorre com os estudos de história cultural, fazer frente às demandas sociais do mundo global. Assim, fenômenos até então negligenciados pela história política ganharam importância, como a abstenção, as pesquisas de opinião, noções de representação e as identidades políticas.

Da intersecção entre a Antropologia e a História desenvolveu-se o conceito de cultura política, interdisciplinar e situado na fronteira entre a história política e a cultural. A noção de cultura política surgiu nos EUA nos anos 1960 no seio da ciência política, definida como modalidade, nas diversas sociedades, de efetivação da socialização política, e com uma finalidade clara, entender comportamentos políticos a fim de modificá-los. Na França, contudo, este conceito foi definido como um conjunto de referências difundido no seio de uma tradição política para o qual são fundamentais o papel das representações e o da pluralidade cultural<sup>18</sup>. Deste modo, a cultura política fornece aos indivíduos pertencentes a um grupo elementos de identificação por meio das representações coletivas de uma história em comum e de um futuro em conjunto.

Neste ponto, por meio do conceito de cultura política, história cultural e história política abordam um aspecto fundamental da pós-modernidade, o processo pelo qual os

indivíduos elaboram seu sentimento de pertença e sua identificação a um determinado agrupamento político ou uma região distinta politicamente. A interdisciplinaridade com a Antropologia fica evidente na preocupação de Bernstein de evitar a classificação das diversas culturas políticas, bem como sua hierarquização. Eis a razão pela qual o autor empreende a diferenciação entre cultura política tal como utilizada pelos historiadores, sem expressão de juízo de valor, e pelos cientistas políticos norte-americanos, com a preocupação de traçar o sentido da história.

O interesse da cultura política para os historiadores reside em seu caráter coletivo, posto que grupos inteiros se identificam com os postulados e experiências da sua cultura política.

Em geral, os elementos de uma cultura política são lenta e complexamente elaborados no processo de formação dos indivíduos e, uma vez cristalizados nestes, tornam-se o filtro de leitura da realidade para os mesmos.

Denota-se, pois, da apreciação das preocupações de historiadores da cultura e da política como Rémond, Rioux, Bernstein, Thompson e Chartier, uma preocupação epistemológica comum, qual seja, encetar explicações ao nível da disciplina histórica para questões prementes da contemporaneidade. Dentre estas, possuem especial penetração social os mecanismos elaborados, em um dado espaço e tempo, pelos membros de um grupo social objetivando a formulação e enunciação de suas identidades individuais e coletivas, elaboração informada, por seu turno, pelas diversas formas de representação social construídas, em sociedade, por estes indivíduos.

Se para Chartier as representações sociais constituíam a pedra angular da análise nos marcos da história cultural por propiciar o estudo das práticas que visam a reconhecer uma identidade social<sup>19</sup>, para Bernstein as representações permitem diferenciar a cultura política de uma tradição ou ideologia política e conferem aos indivíduos elementos partilhados coletivamente e que os identificam enquanto partícipes de um grupo específico.

Rémond, por seu turno, considera o político, uma das expressões mais altas da identidade coletiva dos povos, posto que mobiliza os outros níveis da realidade, com os quais entretém relações. Para este ator, o conceito de cultura política também possui centralidade nos estudos de história política, pois, “o que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros na paisagem política: é um poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênio de um povo<sup>20</sup>”.

O trabalho no âmbito da história cultural e da história política colocou em evidência fontes de estudo até então relegadas a um plano menor, a fim de abordar os novos problemas oriundos dos dilemas do mundo global. Para os limites deste artigo, que trata da relação entre o contexto de demandas identitárias no final do século XX e as transformações internas à disciplina histórica, especificamente nas vertentes cultural e política, os registros pessoais assumem relevância, pois possibilitam perscrutar as estratégias de indivíduos e grupos no estabelecimento da imagem de si para os outros.

### **C) Arquivos pessoais, memórias e depoimentos orais: fontes privilegiadas para o trabalho com a problemática das identidades no âmbito da disciplina histórica**

À medida que o Estado Nacional perde substância enquanto elemento central da identificação coletiva dos indivíduos, outras demandas de identidade afloram. Como visto, a disciplina histórica tem enfrentado esta questão a partir de uma renovação interna, na qual pontificam o interesse renovado pelo cultural e a antropofagização de elementos oriundos de outras disciplinas científicas, caso específico do conceito cultura política, situado na fronteira entre antropologia, história e ciência política. Na esteira desta renovação interna, a ciência histórica utiliza-se de materiais, cujo interesse ultrapassa a plaga dos historiadores e avança pelo público em geral.

Ângela de Castro Gomes mostrou o crescente interesse do público leitor da última década por biografias, memórias, cartas publicadas e diários íntimos, modalidades classificadas por Castro Gomes como formas de escrita de si<sup>21</sup>. Evidentemente, a motivação dos historiadores na consulta de tais materiais difere da curiosidade do grande público, posto que constituem fontes privilegiadas para a pesquisa de objetos dificilmente alcançáveis de outro maneira. Castro Gomes cita o exemplo dos escritos das professoras, mulheres que, por constrangimento social, não registraram suas leituras da realidade e suas experiências em veículos públicos, mas por intermédios de cartas e outras formas de escritos íntimos.

No caso da historiografia brasileira, Castro Gomes nota que apenas recentemente os escritos pessoais foram considerados fontes privilegiadas, embora sempre tenham sido utilizados. Também recente é a utilização destes materiais enquanto objeto de pesquisa, uma mudança de estatuto que, no Brasil, deveu muito à constituição de centros de pesquisa e documentação destinados à guarda de arquivos privados.

Este movimento de constituição de arquivos pessoais, contudo, é um fenômeno mundial. Segundo Pierre Nora a aceleração do tempo nas sociedades de massas

contemporâneas tem possibilitado uma multiplicação de lugares-memória, isto é, locais destinados a arquivar os mais variados documentos públicos e privados. A explicação para tal fenômeno está, para Nora, na aceleração do tempo, que implicou sociedades condenadas ao esquecimento, pois engolfadas por marés de rápidas mudanças. Nas contemporâneas sociedades de esquecimento, a memória foi tragada pela História à medida que os tradicionais grupos sustentadores e sustentados por uma memória comum, como os camponeses, paulatinamente deixam de existir<sup>22</sup>.

Segundo Nora, os fenômenos mundiais de mediatização, mundialização e massificação resultaram no final das sociedades-memória, como a escola e a igreja, e de ideologias-memória, as quais indicavam o que reter do passado para caminhar para o futuro. Daí a proliferação dos lugares-memória e o impacto avassalador e crítico da História.

Assim, a aceleração do tempo e o encurtamento dos espaços, no roldão da globalização, consoante Nora, implicaram a passagem da memória para a História, o que, de seu lado, obrigou cada grupo a revitalizar sua história, com o propósito de redefinir sua identidade. Ora, percebe-se, nas preocupações de Nora, o pano de fundo da multiplicação dos arquivos e da renovação da ciência histórica no final do século XX, a proliferação de demandas identitárias, muitas exclusivistas e fechadas, no bojo do processo de globalização. O próprio processo de redefinição das identidades por parte dos grupos, ao apresentar desafios aos historiadores, fornece os materiais para que estes os enfrentem, dado que a guarda de documentos resulta na materialização mesma das fontes de estudo.

Porém, alerta, Nora, a multiplicação dos arquivos pessoais significa uma resposta individualista ao fragmentado mundo global, pois, quanto menos a memória é experimentada coletivamente, mais há a necessidade dos particulares fazerem de si homens-memória. Há, deste modo, uma privatização da memória, um fenômeno que coage os indivíduos a, por meio da guarda de seus documentos, redefinirem um sentimento de pertença e de identidade.

Castro Gomes retoma as relações, tratadas por Nora, entre a constituição de arquivos pessoais e a construção de identidades. Para ela, “o ponto central a ser retido é que, através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado”<sup>23</sup>.

Tanto para Castro Gomes como para Nora, as modernas sociedades individualistas estão na raiz do fenômeno da multiplicação da formação de arquivos pessoais. Segundo a primeira, as sociedades modernas são individualistas por se basearem na filosofia ocidental de igualdade e liberdade entre os Homens, os quais consentiram na constituição do contrato

social a partir do qual se forjou a vida em sociedade. De fato, embora não faça menção explícita, Gomes remete-se à tradição filosófica que vai do contrato social legitimador do Estado absolutista de Hobbes àquele de Rousseau, baseada na presunção de que o homem é bom por natureza, mas corrompido pela sociedade. Dispares como são as concepções hobbesiana e rouseaunia de contrato social, em ambas está presente o movimento de formação do corpo social desde a base individual.

Nas sociedades modernas, fundadas sob a concessão dos indivíduos, e nas quais há a separação entre vidas pública e privada, a noção de verdade passa a estar intrinsecamente ligada ao foro íntimo, de modo a ser pensada em sentido plural, como plurais são as experiências individuais. Neste contexto de valorização da verdade de cada indivíduo se insere a valorização dos conjuntos documentais produzidos no âmbito privado, um fenômeno de intensidade crescente desde o último quartel do século XX. A utilização pelos historiadores destas fontes tem gerado debates pertinentes e extensíveis à pluralidade de fontes passíveis de uso.

Um cuidado essencial por parte dos historiadores, ao trabalhar com os arquivos individuais, está na intencionalidade subjacente à produção dos arquivos pessoais. Ora, se o que informa a guarda de documentos é a construção de identidades, o historiador dedicado ao trabalho com este tipo de fontes necessita atentar àquilo que Bourdieu denominou ilusão biográfica. Este autor<sup>24</sup> critica os trabalhos biográficos tradicionais por considerar que empreendem uma narrativa linear da vida dos indivíduos biografados em uma operação assemelhada à filosofia da história, pois, passa-se a idéia de que a história contada é aquela já potencialmente inscrita no indivíduo. O mecanismo da narrativa das biografias tradicionais intenta transmitir uma idéia de coerência e continuidade nas histórias pessoais, numa tentativa de obliterar a descontinuidade e a fragmentação do real. O objetivo é estabelecer identidades caracterizadas pela constância, sendo a existência de indivíduos constantes, responsáveis, previsíveis e inteligíveis, considerada o sinônimo mesmo da normalidade, a qual, para Bourdieu, é simbolizada pela rigidez designativa do nome próprio. Castro Gomes, no entanto, chama a atenção para a existência de narrativas lineares em todos os gêneros de escrita de si, não apenas nas biografias, mas em cartas e autobiografias, posto que constituem modalidades de produção do eu, nas quais a identidade do autor e a do texto são construídas concomitantemente.

Antes, porém, da construção de uma narrativa sobre si, há uma seleção documental. Segundo Artières, as triagens dos materiais considerados dignos de serem conservados são

guiadas por intenções sucessivas e contraditórias<sup>25</sup>. A atividade de organização de materiais sobre si é, ela própria, uma ordenação cujo objetivo é a construção de uma dada imagem de si e, à medida que o material arquivado visa a permanência na posteridade, para os outros.

Nestes termos, uma forma de escrita de si indireta tem sido objeto de pesquisa - a constituição dos arquivos pessoais. O interesse específico de Artières, ao estudar o empreendimento autobiográfico de um marginal dos anos finais do século XIX, está em analisar as forma de escrita auto-referencial enquanto um modo criativo do qual as pessoas e os grupos lançam mão a fim de transgredirem as malhas da vigilância social, constituindo uma imagem de si, uma identidade, distinta daquela construída pela sociedade sobre eles.

De fato, para Artières, a escrita de si situa-se na fronteira entre os imperativos sociais do arquivamento de documentos pessoais e a prática social dos atores que escrevem sobre suas vidas. De um lado, a vida em sociedade obriga os indivíduos a confeccionar e a guardar uma série de documentos, sob pena de, se não o fizerem, verem-se excluídos da vida social; em outros termos e de acordo com Bourdieu, as pessoas são inscritas socialmente na normalidade, ainda que a despeito da manifestação de sua vontade, a partir da existência de um nome próprio e da posse de registros documentais de suas vidas.

A inscrição na normalidade demanda, além da existência de documentação para fins práticos, a constituição de arquivos pessoais, na forma de fotos, cartas e redações da infância, os quais são capazes de consubstanciar a identidade dos indivíduos que os mantêm. Nesta trilha, inscrever-se na normalidade, seja pela posse de documentos socialmente obrigatórios, seja pela construção de álbuns de família, significa forjar uma identidade.

A construção da identidade por meio da guarda de arquivos pessoais, tanto quanto a escrita de uma biografia, incorpora a procura de um fio de coerência capaz de conferir à existência individual um caráter constante, estável e linear. Uma tentativa, como notaram Bourdieu e Castro, de rompimento com a fragmentação, a incoerência e a inconstância dos indivíduos nas sociedades modernas. Daí o processo de escolha, efetuado inúmeras vezes na vida das pessoas, daquilo que deve ser guardado ou descartado, o qual é norteado pela vontade de preservar os elementos que melhor se coadunem com a imagem de si que se pretende passar.

Exemplos lapidares da construção da identidade por meio da constituição de arquivos nos são oferecidos por Fraiz e Tânia de Luca. A primeira estudou a dimensão autobiográfica do arquivo de Gustavo Capanema<sup>26</sup>, enquanto a segunda as estratégias de auto-representação de Monteiro Lobato<sup>27</sup>.

Segundo Fraiz, o arquivo de Gustavo Capanema destoa dos arquivos pessoais que geralmente são destinados às instituições de memória em dois pontos fundamentais. Primeiro, o autor procedeu à realização de inúmeros arranjos e ordenamentos em seu arquivo. Segundo, confeccionou um material reflexivo acerca do ordenamento do arquivo, material denominado meta-arquivo por Fraiz.

A tese de Fraiz sustenta que os arquivos-memória de Capanema constituíram uma estratégia para a construção e fixação de uma identidade de homem público a qual comportou dois movimentos simultâneos. De um lado, Capanema conservou os seus próprios discursos, ao quais incorporavam idéias vinculadas em discursos de terceiros. De outro, houve a guarda de discursos de terceiros, aos quais Capanema poderia vir a remeter-se futuramente. O intento de Capanema era escrever uma autobiografia a partir de seu arquivo, uma narrativa coerente, que o identificasse à figura de um Homem de Estado modelar. No entanto, Capanema não chegou a realizar a obra autobiográfica para a qual se preparava e, segundo Fraiz, os textos autobiográficos presentes nas páginas de memórias de seu arquivo, pelo caráter fragmentário, concorreram para desconstruir o esforço de coerência presente na guarda da vasta documentação.

No caso de Monteiro Lobato, Tânia de Luca demonstra como a publicação das cartas trocadas entre Lobato e seu amigo Rangel, nos dois volumes de “*A barca de Gleyre*” constituiu o esforço final do escritor na luta pela fixação de uma identidade pública em resposta aos seus críticos. Neste sentido, ao final de sua vida, vergastado pelas críticas dos modernistas à sua produção literária e fracassado na tentativa da abertura do mercado brasileiro de petróleo à exploração privada, Lobato se reapropria das cartas trocadas com Rangel desde a mocidade de ambos. A reapropriação é efetuada por meio da seleção e tratamento do material, uma intervenção explícita no sentido de construir uma espécie de narrativa coerente a respeito de si próprio, uma auto-imagem coesa, capaz de conferir unidade e de servir de defesa às suas ações.

Artières evidencia o processo de construção de identidade subjacente à escrita de si no caso do marginal francês do final do século XIX, Nougier. Este, meses antes de ser executado empreendeu duas modalidades paralelas de escrita de si, um diário e uma autobiografia. No caso do diário, Artières mostra como Nougier desenvolveu uma escrita mais intimista, pouco preocupada com um sentido geral, embora aventasse a possibilidade de que o aquele material pudesse, eventualmente, constituir matéria prima para alguma obra romanesca. A autobiografia, no entanto, feita a pedido de um médico que lhe visitara,

apresentava-lhe a certeza de um interlocutor. Munido desta, Nougier cria uma narrativa para sua vida, na qual seu pai figura como o responsável pelo seu enveredar pelos descaminhos da criminalidade.

A partir deste momento a narrativa de Nougier principia a demonstrar evidente preocupação com o interlocutor, o qual, engenhosamente metaforiza na figura de um passarinho, o ser com o qual dialoga na elaboração de seu texto. A diferença entre as modalidades diário e autobiografia são utilizadas por Artières a fim de demonstrar a importância do interlocutor para o processo de construção das identidades por meio das escritas de si. Nougier com sua autobiografia e seu diário, assim como Lobato com suas missivas, transformou a construção de sua identidade na última batalha de sua vida, a fixação de uma identidade diferente daquela atribuída socialmente.

Naturalmente, as questões colocadas pelas formas de escritas de si para o trabalho no âmbito da ciência histórica não lhes são privativas. Todas as fontes utilizadas pelos historiadores estão sujeitas às intervenções, ao longo de tempo, por parte dos sujeitos que lhes foram contemporâneos, dos profissionais que mediarão o seu estabelecimento em arquivos e dos próprios pesquisadores, que efetuam as escolhas do material a ser trabalhado, entre variadas possibilidades, informados pelas suas inquietações e suas ideologias, estas entendidas como visões de mundo. A especificidade das escritas de si, entretanto, reside no fato de sublinhar a intencionalidade subjacente à constituição do material, o que, neste caso, remete à construção deliberada e proposital de identidades pessoais e grupais.

Os depoimentos orais comungam com as modalidades de escritas de si dois elementos essenciais. Pelo lado do contexto mundial, a despeito de nunca ter sido completamente negligenciada, sua importância foi ressaltada no turbilhão de transformações pela qual a sociedade internacional passou no final do século XX, posto ser um meio privilegiado da enunciação de leituras de mundo e de imagens de si, preocupações contemporâneas pungentes em contraste com a formação das empresas multinacionais e dos blocos supranacionais. Do lado das transformações internas à ciência histórica, a utilização crescente dos depoimentos orais contribui para sublinhar problemas comuns às fontes históricas, tais como a intencionalidade da construção e a intervenção da subjetividade dos seus produtores e dos seus pesquisadores.

Se, por um lado, a história oral permite alcançar informações indisponíveis em fontes escritas, por outro, está intimamente relacionada ao que Joutard denominou as deformações

da memória, quais sejam, a capacidade de esquecimento, os equívocos e a tendência para o mito e para a lenda<sup>28</sup>.

Contudo, para Joutard, tais fraquezas são úteis ao historiador, pois permitem adentrar no mundo de representações da realidade que informam muitos indivíduos e que lhes propõe à ação. As construções e as desconstruções, próprias da memória, a que estão sujeitos os depoimentos orais, embora ressaltem, não diferem substancialmente da intervenção a que quaisquer fontes estão sujeitas, seja em sua constituição, em seu arquivamento ou manuseio pelos cientistas. A maior especificidade da oralidade resulta da co-produção da fonte por parte do pesquisador, o qual define de antemão os indivíduos e as questões de interesse no escopo de sua proposta de pesquisa.

Michael Pollak, em *Memória e Identidade Social*<sup>29</sup>, trata a questão do uso de fontes orais de maneira semelhante ao uso das demais fontes ao argumentar que a subjetividade intervém na construção de todo material utilizado pelos historiadores na elaboração de seus objetos. Especificamente, os depoimentos orais abrem novos horizontes aos historiadores ao remeterem à questão da memória, sua construção, reconstrução e relações com a História.

Ademais, a suposta fragilidade inerente à relação da oralidade com a memória, de fato, proporciona um meio alternativo de atingir as leituras de mundo e a concepção identitária de indivíduos e grupos marginalizados nos processos históricos de suas sociedades, seja pela opressão da miséria e do analfabetismo, seja pela derrota de um projeto político alternativo, silenciado pelo poder triunfante.

Para Pollak, as questões da memória e da identidade estão intimamente ligadas. Identidade, definida por Pollak, como sentido da imagem de si, para si e para os outros, demanda, para existir, três elementos: uma unidade física, corpórea ou territorial; uma continuidade temporal; um sentimento de coerência entre os diversos elementos constitutivos de um indivíduo ou uma coletividade. Resulta, portanto, que a memória como meio de transmissão das sensações de continuidade e coerência é condição *sine qua non* da existência de uma identidade.

A definição da identidade individual ou coletiva, além de necessitar da existência da memória individual, coletiva e/ou histórica, se dá em relação à alteridade. Assim, memória e identidade estão em contato com as memórias e as identidades dos outros, de sorte que, neste contato, há a transformação de ambas. O contato com a alteridade, contudo, pode se desenrolar na forma de conflito.

O aspecto conflitivo das identidades que se supõem mutuamente excludentes mereceu atenção especial de Bourdieu em seu trabalho sobre fontes orais<sup>30</sup>. Bourdieu atenta para a violência simbólica inerente à coleta de depoimentos realizados por pesquisadores alheios ao meio social do entrevistado, especialmente no caso de depoentes oriundos de camadas mais pobres e que não articulem habilmente o discurso. Nestes casos de distância extrema, torna-se pouco provável a transformação do depoimento em peça de pesquisa com algum valor, dada a incompreensão mútua reinante e a probabilidade da redução do entrevistado aos anseios do pesquisador. Porém, bem pode ocorrer o inverso, e o depoente, perfeitamente treinado na articulação do discurso enredar o entrevistador pouco preparado nas malhas da sua argumentação.

Para encaminhar tal dilema, Bourdieu propõe que os entrevistadores sejam pessoas do mesmo campo social dos entrevistados, mas devidamente treinadas para evitarem que o excesso de proximidade inviabilize a explicitação de informações interessantes para a pesquisa. Neste caso o perigo está na não enunciação das questões, por que comuns entre as partes da entrevista e, portanto, dadas por conhecidas.

O papel do pesquisador ao lidar com o material oral, para Bourdieu, consiste em conscientizar os entrevistados dos efeitos sociais dos posicionamentos expressos na entrevista. Trata-se, pois de, a partir do conhecimento acurado acerca das condições sociais das quais as pessoas são produto, conduzi-las da percepção primária de suas posições para ao conhecimento objetivo das mesmas e de seus efeitos sociais.

#### **D) Conclusão**

A dinâmica de transformações pelas quais passou o mundo no século XX modificou substancialmente os parâmetros de identificação individual e coletiva. No início do período em tela, cristalizavam-se as identidades nacionais e fechavam-se a ponto de serem instrumentalizadas pelos Estados para justificarem às suas populações o recurso à Guerra em 1914, bem como muitas ações belicosas no entre - guerras.

O final da Segunda Guerra mundial engendrou movimentos de libertação das ex-colônias européias na Ásia e na África, os quais encetaram a luta por suas identidades independentes. Porém, o terço do final do século, marcado pelo avanço do processo de globalização nos transportes, nas comunicações, nos fluxos financeiros e pela formação de blocos supranacionais, proporcionou, reflexamente, uma explosão de demandas identitárias

em nível infra e transnacional. As pessoas passaram a dedicar maior atenção à construção dos seus arquivos pessoais e da imagem de si, bem como ao sentimento de pertença, seja a agrupamentos com ligações meramente locais, seja àqueles providos de contato com grupos de outros países. O parâmetro nacional de identificação esmaeceu.

As condições cambiantes da realidade implicaram em desdobramentos interiores à disciplina histórica. O recurso preferencial a objetos anteriormente preteridos, como as representações sociais e as identidades, refletiram a nova ordem de preocupações provenientes das transformações globais e demandaram a conformação de ferramentas conceituais, bem como o recurso a fontes, até então, vistas com desconfiança.

Alguns dos conceitos mais fecundos na historiografia de fim de século desenvolveram-se na fronteira metodológica mais avançada da disciplina histórica no período em tela, a dos estudos culturais, que confina, privilegiadamente, com a Antropologia, mas também com a Etnologia e a Linguística. A renovação da ciência histórica, irradiada a partir da história cultural, concorreu para a revitalização da não abandonada, mas enfraquecida história política. Demonizada pelos annalistas no segundo quartel do século XX, por que identificada com uma história não problematizadora e demasiado ligada à exaltação do Estado, a história política beneficiou-se da renovação geral da disciplina com conceitos como o de cultura política, fronteiro entre a História, a Antropologia e a Ciências Política.

Para o estudo da questão específica das identidades, candentes no bojo do processo de globalização, os instrumentais forjados pela história em seu contato com a Antropologia, a Ciência Política e outras disciplinas foram aplicados no estudo de fontes diretamente relacionadas a problemática da construção identitária, quais sejam, as formas de escrita de si, os arquivos pessoais e os depoimentos orais.

Tais fontes apresentam em comum o condão de sublinhar a intencionalidade subjacente à construção de materiais empregados, posteriormente, como fontes para o historiador, questão válida para a reflexão dos historiadores acerca do uso de quaisquer fontes. A guarda de documentos pessoais, a escrita de si e depoimento oral implicam em seleções de memórias, com o objetivo de fixar uma dada imagem de si ou de um grupo para o conhecimento público.

No trabalho com a questão das identidades, abre-se aos historiadores uma possibilidade de contribuição social, para além da científica. Profissionais dedicados à apreciação crítica das lembranças e dos esquecimentos, os que se dedicam aos estudos históricos manejam um tipo de conhecimento capaz de cooperar com os esforços destinados a

abrir as identidades sectárias e exclusivistas, a promover a compreensão por parte dos indivíduos dos efeitos sociais da inflexibilidade identitária, assim como a estimular o diálogo democrático com a alteridade e o convívio com os diferentes. Um exercício contra o potencial de brutalidades passíveis de serem justificadas enquanto defesa de identidades em risco, enredo tristemente recorrente nas guerras do século XX.

---

#### NOTAS

- 1 In: BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Tradução de Ana Rabaca. Lisboa:Publicações Europa-América, 1990. Pp. 101.
- 2 JOLL, James. A Europa desde 1870. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982. Pp.270.
- 3 HOBASBAWM, E. A era dos extremos. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Pp. 37. Sobre a questão do nacionalismo, ver também: HOBASBAWM, E. Nações e nacionalismos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- 4 RENOUVIN, P. e DUROSELLE, J. –B. Introdução à história das relações internacionais. Trad. Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- 5 RÉMOND, R. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996. Pp. 27/28
- 6 JULIARD, J. A política. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (org.). História: novas abordagens. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. Pp. 181.
- 7 BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília: EDUNB, IPRI; São Paulo: IOESP, 2002.
- 8 SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização. São Paulo: Atlas, 2000.
- 9 DE CERTEAU, M. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. Pp. 87.
- 10 LE GOFF, Jacques. História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990. Pp.29
- 11 CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990. Pp. 17.
- 12 BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. Ed.Perspectiva, São Paulo, 1992. Pp. 107 a 116.
- 13 BOURDIEU, Pierre. A Força da representação. In: A Economia das trocas lingüísticas. São Paulo: EDUSC, 1982. Pp. 107.
- 14 CARVALHO J. M. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. Companhia das Letras, Rio de Janeiro. 1990.
- 15 CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Pp. 36.
- 16 THOMPSON, E.P. Costumbres en común. Barcelona: Crítica, 1955. Introdução, p. 13-19.
- 17 RÉMOND, R. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996. Pp.14.
- 18 BERNSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J-P. e SIRINELLI, J-F. Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Pp. 350.
- 19 CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990. Pp. 23.
- 20 RÉMOND, R. Do político. In: RÉMOND, R. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996. Pp. 450.
- 21 GOMES, A. de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes. Escrita de Si, Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Pp.08.
- 22 NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC/SP, n° 10, dez. 1993, p. 7-28.
- 23 GOMES, A. de Castro. Op. cit. Pp.11.
- 24 BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. Pp. 183-191.

- 
- 25ARTIÈRES, Philippe. 1998. “Arquivar a própria vida”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, Pp.09-34
- 26 FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, Pp.59-87.
- 27 LUCA, T. R. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n´A Barca de Gleyre. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). Escritas de si, escritas da história. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. P. 139-161.
- 28JOUTARD, P. Desafios à História oral do Século XXI. In: FERREIRA, Marieta de M.; FERNANDES, Tânia M. e ALBERTI, V. História Oral: Desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, CPDOC/FGV, 2000. Pp.31-45.
- 29 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 08.
- 30 BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P (coord). A Miséria do Mundo. 2ª ed.. Tradução de Mateus Soares Azevedo et alli. Petrópolis: vozes, 1998. Pp. 693-713.

\* Artigo recebido em agosto de 2008. Aprovado em outubro de 2008.